

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**JUVIDOMSOB**

Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Sobradinho

Número do processo: 0700137-19.2021.8.07.0006

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, 35ª DELEGACIA DE POLÍCIA DO DF

INVESTIGADO: FILIPE MOREIRA DANTAS SILVA

**DECISÃO**

Trata-se de inquérito policial nº 981/2020-35ª DP, instaurado para apurar suposta prática da contravenção penal de perturbação da tranquilidade, praticada em tese por **FILIPE MOREIRA DANTAS DA SILVA** em desfavor de **ALINE ARAÚJO COSTA**, conforme noticiado na OP 6541/2020-13ª DP.

As medidas protetivas de urgência requeridas pela ofendida (MPU 0711892-74.2020.8.07.0006), consistentes em proibição de aproximação e contato, foram deferidas em 08/12/2020 (ID 83471803, pág.20-22).

Posteriormente, em 15/12/2020, foi imposta a medida protetiva de restrição do porte e posse de arma de fogo, com a devida comunicação ao SINAR e ao Superior Hierárquico do Ofensor e à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (ID 83471804, pág. 20-24).

Em 26/07/2022, o Ministério Público, após a manifestação da ofendida, pugnou pela revogação das medidas protetivas de urgência (ID 132358761).

É relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, a vítima informou que não houve novos fatos, tendo a ofendida manifestado que não se sente em risco.

É tão direito da ofendida ter as medidas protetivas de urgência quanto não as ter, cabendo ao Estado, tão somente a adoção de medidas que visem amenizar a situação de risco ou reiteração de conduta.

Desta forma, a Lei Maria da Penha não relativizou a capacidade da ofendida, de modo que, a não ser em casos excepcionais, a sua vontade deve prevalecer. Neste sentido:

*RECLAMAÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. REVOGAÇÃO. PEDIDO DE RESTABELECIMENTO. NÃO ACOLHIMENTO. INTERESSE DA OFENDIDA. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. A Lei Maria da Penha dispõe que o juiz pode, a qualquer tempo, substituir as medidas aplicadas por outras de maior eficácia, modificá-las ou revogá-las, conforme se constata da norma insculpida em seu artigo 19. 2. Se a própria vítima, de forma livre e consciente, manifestou o desinteresse na manutenção das medidas protetivas de*

*urgência, em razão de ter se reconciliado com o ofensor, seu companheiro há vinte anos, as providências adotadas não se fazem mais necessárias, estando evidentemente comprometida a utilidade do provimento jurisdicional. 3. Reclamação conhecida e não provida para manter a decisão recorrida que revogou as medidas protetivas em desfavor do interessado. (Acórdão n.1131482, 07132722420188070000, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 18/10/2018, Publicado no DJE: 26/10/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)*

A manutenção das medidas protetivas, mesmo após manifestação de desinteresse da vítima, deve ocorrer se presentes elementos excepcionais, o que não há no caso concreto.

Ademais, a manutenção de medida protetiva de urgência, após manifestação de desinteresse da ofendida e havendo notícia de que as partes retornaram o contato acarreta inequívoca insegurança jurídica.

**Desta forma, considerando a manifestação da ofendida o que demonstra, a priori, a ausência de risco à integridade física/psicológica da vítima, REVOGO INTEGRALMENTE as medidas protetivas deferidas nos autos 0711892-74.2020.8.07.0006.**

Comunique-se ao SINAR e ao Superior Hierárquico do Autor e à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás

Intimem-se.

Dê-se vista ao Ministério Público.

Circunscrição de Sobradinho - DF, 27 de julho de 2022

**JOSMAR GOMES DE OLIVEIRA**

**Juiz de Direito**



Assinado eletronicamente por: **JOSMAR GOMES DE OLIVEIRA**

**27/07/2022 15:09:51**

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **132512956**



22072715095188900000122605050